

Caixa terá apostas on-line em abril

Banco já é responsável pela gestão de loterias tradicionais como Mega-Sena e Lotofácil e anuncia entrada nesse mercado

A Caixa Econômica Federal divulgou ontem (3/10) que está prestes a expandir suas operações para o lucrativo mercado de apostas on-line, com planos de lançar sua própria plataforma em abril de 2025. A instituição busca unir seu tradicional papel de operadora de loterias tradicionais, como a Mega-Sena e a Lotofácil, com as novas demandas do público por apostas esportivas digitais.

Segundo o banco, a decisão de entrar no setor de apostas esportivas, que movimentam bilhões anualmente, já estava sendo planejada antes do recente aumento de críticas por parte do governo federal, que tem demonstrado preocupação com o uso descontrolado dessas plataformas. Nas últimas semanas, o governo intensificou suas ações em busca de uma maior regulamentação das apostas on-line, apontando riscos como vício em jogos e possíveis impactos sociais negativos.

Ainda não há detalhes sobre como a instituição irá equilibrar sua atuação no mercado de bets com as diretrizes governamentais que visam evitar abusos. Porém, a Caixa informou que promete seguir estritamente as regulamentações e oferecer um serviço seguro e responsável para os apostadores.

BANCOS
Representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) se reuniram com

o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e defenderam suspender temporariamente o uso do Pix para pagamento de apostas online.

No fim do ano passado, o Congresso aprovou e o governo sancionou uma lei que regulamentou as apostas online no Brasil.

A regulamentação traz uma série de regras para que essas empresas possam operar no país e estipula pagamento de impostos.

Nos últimos dias, levantamentos do Banco Central e do Senado mostraram que algumas pessoas têm gastado mais dinheiro do que têm com apostas, o que suscitou uma discussão no governo sobre formas de limitar essas despesas. A conversa da Febraban com Haddad tratou desse tema.

“

Decisão de entrar no setor de apostas esportivas já planejada antes das críticas por parte do governo federal, que tem demonstrado preocupação com uso descontrolado dessas plataformas”

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

“Nós temos defendido que os meios instantâneos de pagamento, há exemplo do PIX, mas não são só esses, os meios instantâneos de transferências possam temporariamente ficar suspensos para o pagamento de apostas”, afirmou Isaac Sidney, presidente da entidade.

“Também estamos cogitando propor ao governo a criação de uma força-tarefa multigovernamental, multissetorial, para aprofundar os impactos da atividade de bets no Brasil”, completou.

A Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) antecipou a proibição do cartão de crédito para pagar apostas virtuais. Inicialmente prevista para 1º de janeiro, a medida passa a valer instantaneamente, sendo implementada pelas bandeiras de cartões.

Os cartões de crédito, no entanto, correspondem apenas a uma pequena parte das transferências para as bets. Quase todos os pagamentos são feitos por Pix. As estimativas variam. A Abecs calcula em 99% a predominância do Pix nas apostas virtuais. Na semana passada, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, estimou em 85% a 90%.

Em entrevista recente à Agência Brasil, o secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Regis Dudená, projeta em 95% o uso do Pix nos repasses de apostadores às bets.



Caixa seguirá estritamente as regulamentações do governo para oferecer um serviço seguro e responsável



Pix por aproximação deve entrar em operação nos próximos meses

Pix poderá fazer funções de cartão de crédito a custo muito mais baixo

As evoluções programadas para o Pix permitirão que eventualmente o instrumento de pagamento instantâneo faça funções similares às de cartões de crédito a um custo mais baixo, disse ontem o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

“Se eu puder bloquear pagamentos reversos na plataforma, eu posso imitar a função dos cartões de crédito no Pix, então não precisaremos mais de cartões de crédito tradicionais, e acho que isso é uma grande vantagem para as pessoas”, disse Campos Neto, citando custos associados aos cartões.

Em evento virtual promovido pela Universidade de Princeton, Campos Neto disse que o BC trabalha na evolução das tecnologias do Pix e ressaltou que “eventualmente vamos chegar lá”.

O presidente do BC afirmou que o Pix por aproximação deve entrar em operação nos próximos meses, além de citar que o Drex -- a moeda digital atualmente em desenvolvimento pela autarquia -- poderá estar pronto para uso em dois anos.

CHOQUE FISCAL
O Brasil precisará de algum programa que gere a percepção de um choque fis-

cal positivo se quiser conviver com juros mais baixos, disse ainda, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, enfatizando que questionamentos do mercado sobre a trajetória da dívida pública criam dificuldades para o processo de redução de custo dos financiamentos.

Em evento promovido pela gestora Crescera Capital, em São Paulo, Campos Neto disse que optar por juros “artificialmente mais baixos” sem ter uma âncora para as contas públicas equivale a fazer um ajuste via aumento de inflação no médio prazo, voltando a defender

harmonia entre as políticas fiscal e monetária.

“A gente entende que em algum momento, e estou falando mais de médio prazo, o Brasil vai precisar ter algum tipo de programa que gere uma percepção de choque fiscal positivo se quiser conviver com juros mais baixos”, afirmou.

Em setembro, o BC reiniciou um ciclo de alta nos juros básicos, ajustando a Selic em 0,25 ponto percentual, a 10,75% ao ano, defendendo em sua comunicação uma política fiscal crível e transparente.

“Quando a gente vê que o mercado começa a ter questionamentos sobre a trajetória da dívida fica muito mais difícil a gente conviver com juros baixos, a curva de juros longa sobe rapidamente”, disse o presidente do BC.

CNU: Justiça suspende divulgação das notas do bloco 4 por irregularidade



Convocação para o envio de títulos será feita na terça-feira, dia 8

A Justiça do Distrito Federal determinou ontem a suspensão dos efeitos da prova do bloco 4 do Concurso Nacional Unificado (CNU), o “Enem dos concursos”.

A liminar proíbe o governo de divulgar as notas desse grupo até o julgamento final do caso. A previsão inicial de publicação era no próximo dia 8.

A decisão foi tomada pelo juiz Eduardo Rocha Penteado, da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, em uma ação popular ajuizada contra o governo e a Fundação Cesgranrio em setembro, por causa de uma situação que ocorreu durante a aplicação das provas em Recife (PE).

Um grupo de candidatos do CNU, que fez prova na Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Jornalista Trajano Chacon, recebeu pela manhã, por engano, o caderno que deveria ser entregue no período da tarde. A situação

foi denunciada por uma candidata nas redes sociais.

Segundo a denúncia, os candidatos ficaram com as provas erradas por cerca de 11 minutos, até que perceberam o erro e informaram aos fiscais. Neste período, a concursa chegou a anotar o nome na folha e ler algumas questões.

Na época, o Ministério da Gestão confirmou a ocorrência, mas disse que “a situação foi corrigida imediatamente” e “não afetou a aplicação nem o sigilo das informações”. A Justiça, a União também negou vazamento de conteúdo, dizendo que os cadernos teriam sido recolhidos antes da autorização para o início das provas.

O juiz considerou que há elementos que derrubam os argumentos da União, como um e-mail enviado por uma candidata, 12h15, relatando já ter conhecimento do conteúdo das questões.

“Em que pese a União ale-

gar que o equívoco teria sido sanado a tempo de não causar prejuízo à lisura do certame, as provas dos autos indicam que os fatos não se limitaram à violação do malote com os cadernos de questões, mas avançaram para o vazamento do conteúdo das próprias questões, o que, ao tempo em que viola a isonomia entre os candidatos, contamina o prosseguimento do concurso com a

pecha da imoralidade, exigindo-se, assim, a pronta atuação do Judiciário no caso concreto”, diz a decisão.

“Ante o exposto, defiro a liminar para determinar a suspensão dos efeitos da prova do Bloco 4 do Concurso Nacional Unificado (CNU), devendo os réus absterem-se de divulgar as respectivas notas até o julgamento final da presente ação.”



CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DO ESTADO DE ALAGOAS - SECEA, convoca todos os trabalhadores do comércio em geral, hipermercados e mercados da base de Maceió - AL, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária Itinerante, a ser realizada nos dias 08 e 09 do mês de outubro de 2024, das 08h:00 às 18h:00 horas, que percorrerá os estabelecimentos do comércio, dando por encerrados os trabalhos da AGE Itinerante no 09 de outubro de 2024 na sede do Sindicato na Av. Walter Ananias, 1138 - Jaraquá, Maceió - Alagoas, CEP: 57022-080 a partir das 18h:30min, que disponibilizará a reunião via plataforma Google Meet. O link será disponibilizado no Instagram do sindicato (@comerciarialal) 30 minutos antes do início, a fim de deliberarem, através de votação com utilização de urnas fixas e Itinerantes, para captação de votos, e link de votação disponibilizado nas redes sociais do Sindicato, sobre os assuntos constantes da seguinte Ordem do Dia: A) Discussão e aprovação da minuta da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025; B) Deliberação para instauração do dissídio coletivo, caso não haja solução negociável; C) Deliberação pela autorização da Contribuição Assistencial;

Maceió - AL, 04 de outubro de 2024.

Wagner Tavares da Silva
Presidente.